



Índice

- 01** Ruralista acusa Dilma por mortes no campo: "No sangue de agricultores mortos está a digital da presidente"
- 02** Índios do PA foram 'prisioneiros de guerra' durante a ditadura
- 03** PE – Indígenas interditam BR-843 na visita de Dilma a Cabrobó
- 04** Transpetro é denunciada por poluição de praia em São Mateus
- 05** Índios farão manifestação na superintendência da PF dia 30 pela morte de Oziel Gabriel
- 06** MA – I Congresso Regional de Comunidades Quilombolas do Baixo Parnaíba, de 15 a 17/05
- 07** Manifestantes bloqueiam rodovia e tentam ocupar canteiro de Belo Monte
- 08** Munduruku são atacados com rojões por garimpeiros, comerciantes e prefeitura de Jacareacanga (PA)
- 09** Congregação 'Irmãs Lauritas' celebra centenário com encontro em Campo Grande
- 10** Mineradora é condenada a dar água e comida a ribeirinhos no Pará
- 11** Treinamento fortalece artesãos extrativistas do povoado de Mumbuca
- 12** Professor é atacado por queixada em MT e vai parar no hospital
- 13** Em audiência pública, Aguilera pede solução para violência nas aldeias de MS



- 14 Concurso une idiomas brasileiros
- 15 MPF/AM recomenda isenção de IPTU para imóveis das comunidades de terreiro
- 16 Governo tenta acordo com quilombolas em Salvador (BA)
- 17 Senado institui cota de 20% para afrodescendentes
- 18 Faltam menos de 70 dias para a 66ª Reunião Anual da SBPC
- 19 Resultado de exame de água que abastecia quilombo sairá até junho
- 20 Devido aos atendimentos nas comunidades quilombolas NAC suspende serviços até dia 15
- 21 Da linha de frente: indígenas professores
- 22 Estudantes indígenas põem em prática conhecimentos do curso técnico de enfermagem no Jets
- 23 Índios foram obrigados a ajudar Exército no Araguaia, diz comissão
- 24 Pescadores protestam contra Belo Monte e fecham Transamazônica
- 25 II Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Culturas e Territorialidades – de 04 a 06 de agosto, na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
- 26 Segurança nas aldeias preocupa e vira tema de audiência pública
- 27 Museu Oscar Niemeyer tem programação especial durante a 12ª Semana de Museus
- 28 Preso servidor indígena da Casai suspeito de estuprar índia, em RR
- 29 Saúde de Maricá leva campanha de vacinação à aldeia indígena
- 30 Pimenta dos índios baniuas chega ao mercado com selo de origem



Ruralista acusa Dilma por mortes no campo: “No sangue de agricultores mortos está a digital da presidente”

SÍTIO AGROOLHAR, 13.05.2014

O deputado federal Alceu Moreira (PMDB-RS) acusou a presidente Dilma Rousseff (PT) e o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral de Governo da Presidência da República, de serem responsáveis pela morte de dois agricultores em Faxinalzinho, no norte do Rio Grande do Sul, ocorrido no dia 28 de abril após conflitos com índios Kaingangues.

Segundo Moreira, os indígenas foram incentivados a cometer crimes como invasão de terras, roubos e até assassinatos para instaurar o caos no campo.

“Agora basta pintar o rosto e botar uma coisa na cabeça que qualquer um se torna índio e a Polícia não pode fazer nada. A orientação é de não intervir porque é roubo de Índio. O responsável pela morte dos índios senta na ante-sala da presidência da república. No sangue dos dois agricultores está a digital da presidência da república, da presidente Dilma, e do ministro (Da Secretaria Geral de Governo) Gilberto Carvalho”, denunciou.

Em um desabafo feito nesta terça-feira (13) durante audiência pública da Comissão Especial da PEC 215, na Câmara Federal, o parlamentar justificou-se dizendo que o setor produtivo rural não defende a violência no campo nem tem nada contra “índio nem contra negros”, em alusão às demarcações de terras para comunidades indígenas e quilombolas.

“Não queremos a morte nem de índio nem de negros. Este não é o Brasil que a gente quer. O Brasil governador por facínoras, ideológicos. Querem implantar um bolivarianismo no Brasil”, afirmou.

Alceu Moreira acusou a Funai de boicotar as audiências públicas itinerantes realizadas em diversos estados para discutir a proposta de emenda constitucional que transfere do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre demarcações de terras.

“Não adianta repetir a mesma coisa para nós mesmos. A Funai e os Índios não vão participar, por defendendo o fim destes debates e a votação imediata do relatório final”, sugeriu.

Segundo o deputado, o governo do Rio Grande do Sul precisa ser responsabilizado por ter se omitido quando orientou a Polícia Militar a não intervir. E criticou ainda o governador Tarso Genro (PT) de ter responsabilizado a Polícia Federal, a quem coube fazer um acordo com os indígenas que obstruíram uma rodovia.

“Agora está o governo do Estado denunciando a PF. Não se faz acordo com assassinos. Isso é revoltante, é medieval. O que estamos vendo é uma vergonha, uma cidade sem lei. Temos testemunho em vídeo de que se até tal data não tivermos a terra, a tiraremos à força. A PM do Rio Grande do Sul é culpada pelo crime de omissão”, finalizou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

Os irmãos Anderson e Alcemar Souza tentaram passar por um bloqueio armado por índios Kaingangues que obstruíram uma rodovia para cobrar do governo a ampliação de uma reserva indígena.

Índios do PA foram 'prisioneiros de guerra' durante a ditadura

SÍTIO CBN, 13.05.2014

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) recebeu nesta terça-feira (13) de indígenas da etnia Aikewara, também conhecidos como "Suruí do Pará", relatório sobre as graves violações de direitos humanos sofridas pela etnia, que afirma ter sido forçada a se envolver com a repressão das Forças Armadas à Guerrilha do Araguaia, na primeira metade da década de 70, no sudeste do Pará. Na avaliação dos Suruí, eles foram tratados como prisioneiros de guerra.

O relatório, produzido ao longo de 2013, foi entregue à Maria Rita Kehl, integrante da CNV responsável por apurar as graves violações de direitos humanos de indígenas e camponeses, pelo vice-cacique Mahu Suruí, pela jovem liderança Winorru Suruí e mais três idosos, vítimas das violações: Api, Tawé e Teriwera Suruí.



Investigação buscou relatos de tribos Suruí durante a Guerrilha do Araguaia, no Pará. (Foto: O Liberal)

O trabalho é fruto de investigação documental, bibliográfica e de cunho antropológico, coordenada pela antropóloga Iara Ferraz, que há 20 anos convive com a etnia, e colheu "longos e detalhados depoimentos" dos Aikewara no ano passado, com o apoio do Grupo de Trabalho Araguaia, criado pelo governo para atender a determinação judicial para localizar os restos mortais das vítimas do extermínio da guerrilha.

Na avaliação de Iara, o caso dos Suruí se destaca pela comprovada participação direta das Forças Armadas nas violações, assim como ocorreu com os Waimiri-Atroari, no Amazonas.

Maria Rita Kehl avaliou como muito positiva a iniciativa dos Suruí. Ela esteve com a etnia duas

CONT.



vezes em 2012, momento em que foi comunicada da decisão dos indígenas de que eles mesmos contariam sua história. “Vai ser de muito valor para o capítulo do relatório que tratará das graves violações de direitos humanos contra indígenas e camponeses, pois será, junto com o dos Xavante Marãiwatsédé, um dos únicos relatos feito pelos próprios indígenas”, afirmou.

Prisioneiros de guerra

Segundo o relatório, de 1972 a 1974, os Aikewara tiveram o seu território totalmente ocupado e interditado pelas forças repressivas e foram proibidos de prover a sua subsistência (ir à roça, caçar, coletar ou pescar), tiveram incendiadas a sua provisão de arroz e de milho, assim como as casas na aldeia com seus pertences. Tiveram, portanto, deliberadamente destruídas pelos militares as suas bases materiais e culturais de existência.

Para os Suruí, eles foram tratados como prisioneiros de guerra, pois as mulheres e crianças foram diuturnamente vigiados na aldeia, enquanto todos os homens adultos, recrutados à força, com o aval da Funai, foram usados como guias na mata, como escudos humanos, sofreram a violência das privações e humilhações, carregando cargas pesadas às costas para os militares, dormindo ao relento na estação das chuvas, com fome, sede e medo sob a mira das armas, na “caça” aos guerrilheiros.

“As mulheres ficaram sozinhas com os idosos e as crianças na aldeia, vigiados pelo Exército. Se ouviam os tiros e eu me assustava”, contou Teriwera durante a reunião. Ela estava grávida de gêmeos e perdeu os bebês. “Acho que foi dos sustos, porque eu nunca perdi meninos”, afirmou. Segundo ela, os Aikewara também passaram muita fome, pois não podiam colher ou caçar.

Os Suruí presentes à reunião na CNV contaram que testemunharam mortes e tortura contra os militantes da guerrilha, como de camponeses, caso de Domingos, que chegou à aldeia com uma corda amarrada ao pescoço e prestes a morrer, mas foi salvo pelos indígenas. Ele foi perseguido pelos militares pois o parto de sua filha foi realizado por Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina.

Segundo Winorru Suruí, a ocupação da aldeia pelo Exército, além das consequências imediatas relatadas pelos anciãos, resultou em duas sequelas: invasão e perda do território. “Após a guerrilha teve Serra Pelada e, depois do garimpo, os migrantes ficaram por lá e muita gente entrou na nossa terra. No nosso atual território não temos mais acesso ao barro e perdemos a cultura da cerâmica”, contou.

Na reunião, Winorru foi o responsável pela leitura da Carta do povo Aikewara à Comissão Nacional da Verdade. Na carta, os indígenas pedem indenização do governo brasileiro por terem “sofrido violência dentro e fora de casa sem saber o porquê da presença dos homens da aldeia na ‘caçada’ de pessoas”. Leia a íntegra aqui.

Atualmente com uma população de 350 indivíduos, os Aikewara estão distribuídos em duas aldeias – Sororó e Itahy - na Terra Indígena Sororó, situada nos municípios de Brejo Grande do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Marabá, a sudeste do estado do Pará. Um processo de revisão territorial que se encontrava engavetado na FUNAI há cerca de 20 anos – TI Tuwa Apeku og’kwera – aguarda agora a portaria declaratória do Ministro da Justiça.



PE – Indígenas interditam BR-843 na visita de Dilma a Cabrobó

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

O líder Yssô Truká “pediu postura e respeito do governo em relação à comunidade indígena” e defendeu que o Brasil seja passado a limpo
Angela Lacerda, do Estadão

Protestos com interdição da BR-843 marcaram a visita da presidente Dilma Rousseff ao município de Cabrobó (PE), a 580 quilômetros de Recife, onde ela vistoriou obras de transposição do Rio São Francisco.

A presidente nada viu durante a sua rápida passagem de 25 minutos pelo local. Não fez discursos nem deu entrevista. Limitou-se a tirar fotos com alguns operários da obra.

O líder Yssô Truká, indignado, comandou uma dança Toré, de protesto, no quilômetro 27 da BR-843, a cerca de 3 quilômetros do local visitado pela presidente.

Ele “pediu postura e respeito do governo em relação à comunidade indígena” e defendeu que o Brasil seja passado a limpo.

“O poder judiciário deveria meter todo mundo na cadeia, inclusive a presidente Dilma. Quem cala consente.”

Contrário à transposição do São Francisco desde o seu anúncio, ele defende “políticas públicas que realmente ajudem o povo. A transposição só atende o agronegócio e os barões. Fomos traídos pelos governos Lula e Dilma. Os indígenas estão sendo massacrados pelas ações do governo federal”.

Para ele, “nenhum dos candidatos à Presidência merece crédito”.

A comunidade Toré em Cabrobó vive na ilha de Assunção, com uma população de 6 mil pessoas, a maioria da etnia.

Populares também se manifestaram contra o governo, liderados pelo funcionário público estadual Elió Enai Dias, 25 anos.

Ele cobra promessas do governo federal em relação ao município, anunciadas desde 2005.

As mesmas cobranças e pleitos foram entregues pelo prefeito de oposição, Auricélio Torres (PSB), à Casa Civil, para que chegassem às mãos da presidente. O prefeito estava indignado, porque não teve oportunidade de falar no evento.

O cacique Truká, vereador Neguinho Truká (PSB), criticou o forte aparato de segurança, que
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

eles consideram desnecessário. “Proibir o povo de se aproximar é um absurdo”, disse.

O cacique foi contrário à transposição, mas, diante do fato consumado, ele torce para que a água chegue realmente a quem precisa e que o Rio São Francisco seja revitalizado.

Ele lembrou que parte da população de Cabrobó, embora viva perto do rio, não vai se beneficiar com a água da transposição.

O prefeito de Cabrobó e o vereador Truká negociaram com o líder indígena que comandou a interdição da BR, que aceitou iniciar a liberação da rodovia.

O prefeito garantiu que se as reivindicações do município, que também são as dos índios, não forem atendidas ele mesmo irá liderar um protesto na cidade.



Transpetro é denunciada por poluição de praia em São Mateus

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 13.05.2014

MPF apontou que houve omissão por parte da empresa, que só comunicou ao Iema sobre o vazamento de óleo um dia após o ocorrido

Any Cometti

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES) denunciou, mais uma vez, a Petrobras Transportes S.A (Transpetro) e o gerente do Terminal Norte Capixaba (TNC), Tarcísio Pessanha de Souza, por responsabilidade na poluição do mar e das praias próximas ao distrito de Barra Nova, em São Mateus (norte do Estado). O MPF aponta que foi flagrante a omissão da Transpetro que, ao invés de registrar acidente que culminou com vazamento de óleo imediatamente após o ocorrido, em 2011, somente o fez no dia seguinte.

Segundo a ação, a comunicação do ocorrido deveria ter sido feita o quanto antes, para que o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) pudesse levantar a dimensão dos danos, a fim de apurar a responsabilidade da empresa. Na época, o Iema, ao constatar que os procedimentos de contenção realizados pela empresa eram insuficientes, chegou a multar a Transpetro em R\$ 150 mil.

O procurador da República em São Mateus, Leandro Mitidieri, diante da omissão e do descaso tanto da Transpetro quanto do gerente do TNC, pede a condenação dos réus com base no Artigo 54 da Lei 9.605/98, que rege sobre a poluição que possa resultar em danos à saúde humana e que provoquem mortandade de animais ou destruição significativa da flora. A pena para esse tipo de delito é de um a quatro anos de reclusão e multa.

O acidente, que aconteceu no dia 6 de dezembro de 2011, derramou óleo no mar durante um procedimento de manutenção realizado no TNC. Como a barreira utilizada como contenção se rompeu, os resíduos da operação foram lançados ao mar e, com a correnteza, chegaram às praias da região.

A operação era supervisionada por Tarcísio Pessanha de Souza que, em depoimento à polícia, afirmou que o vazamento de óleo na água durante a troca de mangotes - dutos que ligam o navio a monoboias - é normal, e que o rompimento das barreiras absorventes foi causado por mudanças bruscas nas condições do mar. O Iema reprova o método utilizado pela Transpetro, já que ele não garante a recuperação total da água do mar.

Vazamentos constantes

Este foi o último de uma série de quatro vazamentos registrados em operações no TNC. O

CONT.



primeiro deles ocorreu em abril de 2009, no momento do abastecimento do navio Blu Star, com vazamento de petróleo bruto que contaminou a água e a areia da Praia de Barra Nova. Não foi possível precisar a quantidade de petróleo derramada no mar, mas um relatório do Iema comprovou a contaminação da água e do solo. Na ocasião, a Transpetro foi multada em R\$ 200 mil pelo instituto.

Sete meses depois, em novembro de 2009, um novo acidente, de maiores proporções, resultou num vazamento de aproximadamente 2 mil litros de petróleo. O acidente, a quatro quilômetros da costa, envolveu o navio tanque Pirajuí. Durante sobrevoo de helicóptero pela área do acidente, não se verificou a existência de embarcações para cercar a mancha e recolher o petróleo. A praia atingida, em Linhares, é considerada de preservação permanente, já que é local de reprodução de tartarugas ameaçadas de extinção. Os técnicos do Iema classificaram de grande o impacto causado ao meio ambiente e destacaram que a empresa nem sequer tinha licença para a operação de descarregamento de petróleo. A Transpetro foi multada em R\$ 6,2 milhões.

Pelos dois vazamentos ocorridos em 2009, o MPF-ES propôs, em 2011, ação penal contra a Transpetro e o então gerente operacional do TNC, Ronaldo Rômulo Costa, por crime ambiental. Eles são responsabilizados pelos dois acidentes ambientais.

Mais recentemente, em junho de 2011, novo vazamento. De acordo com a empresa, foram despejados no mar entre 500 e mil litros de petróleo. Novamente a Transpetro não atuou de forma satisfatória em relação à instalação de barreiras de contenção. O Iema, então, ressaltando que era a terceira vez em três anos que a Transpetro cometia o mesmo tipo de infração, multou a empresa em R\$ 750 mil.

Em setembro de 2013, pescadores das associações de São Mateus decidiram unir forças ao MPF como coautores nas ações contra a Transpetro. A Procuradoria quer que a empresa seja condenada a compensar, no valor de R\$ 50 milhões, os danos ambientais e sociais causados pelos sucessivos vazamentos de petróleo na região do TNC.

A Transpetro demonstrou não ter um plano de contenção eficaz em caso de vazamento nos dutos que encaminham o petróleo extraído em terra até o TNC para abastecimento de navios. O MPF-ES pediu, em caráter liminar, que a Transpetro atualize e adéque, obrigatoriamente, seu Plano de Emergência Individual. O MP também requereu que a empresa seja multada em R\$ 5 milhões e tenha sua Licença de Operação (LO) suspensa – o que teria como consequência a paralisação dos trabalhos do TNC –, caso o novo plano não seja apresentado em tempo hábil. E ainda que a empresa indenize os moradores das comunidades locais afetadas pelos vazamentos.



Índios farão manifestação na superintendência da PF dia 30 pela morte de Oziel Gabriel

SÍTIO A CRÍTICA/ CAMPO GRANDE-MS, 13.05.2014

Com o tema; Oziel Vive', um grupo de índios Terena da Aldeia Córrego do Meio vão ocupar a sede da superintendência da Polícia Federal em Campo Grande no próximo dia 30, quando completará um ano da morte de Oziel Gabriel, morto durante processo de reintegração de posse da fazenda Buriti em maio de 2013.

"Até agora o crime continua impune. As autoridades não estão preocupadas em apontar culpados", relata ao Regiaonews um irmão do Terana, que classifica de vergonhoso os laudos periciais apresentados até aqui. Os índios culpam a Polícia Federal pela morte de Oziel, atingido por disparo de arma de fogo em confronto com policiais.

O laudo pericial, elaborado por peritos da PF de Brasília (DF), que apontaria com exatidão de onde partiu o tiro que matou o indígena, divulgado em agosto do ano passado foi inconclusivo. "Não foi possível apontar qual o calibre que matou o indígena. O projétil não ficou no corpo e não foi possível obter informações do calibre", afirmou o superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, Edgar Paulo Marcon na época.

Pintados para guerra, índios farão da mobilização um gripo por justiça. Está marcado para o início da tarde do mesmo dia, após manifestação na superintendência, marcha pela Avenida Afonso Pena. O grupo vai reivindicar maior celeridade da justiça no processo de demarcação da Reserva Buriti, situada em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti.

No dia 30 de abril, venceu o prazo do acordo entre índios e Ministério da Justiça para a compra das terras que compõem a Reserva. Na última visita do assessor do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, a Mato Grosso do Sul, em fevereiro, uma nova data para a resolução dos problemas foi definida para 30 de junho, no entanto, os índios não aceitaram a extensão do prazo e prometem novas retomadas na área de conflito a qualquer momento.

Entre os dias 7 e 8 de maio, alheios aos números e trâmites entre produtores, governo e ministério, os indígenas realizaram Assembleia Terena em Miranda, distante 201 quilômetros de Campo Grande. No ato, houve bloqueio da BR-262 (foto) por duas horas e meia, como forma de repúdio a audiência pública para discutir a PEC 215 que muda a regra das demarcações, na Assembleia Legislativa.



MA – I Congresso Regional de Comunidades Quilombolas do Baixo Parnaíba, de 15 a 17/05

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

Nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2014, estará sendo realizado o I Congresso Regional de Comunidades Quilombola do Baixo Parnaíba, numa das regiões mais carentes do Maranhão. A iniciativa é muito importante, pois as comunidades quilombolas enfrentam muitas dificuldades de acesso às políticas públicas direcionadas aos quilombolas, sendo que existem muitas violações de direitos humanos na região. As atividades do evento terão início às 19h do dia 15 de maio, no Quilombo Vila Saco das Almas, na zona rural do município de Brejo-MA.

A programação inclui a realização de oito oficinas temáticas sobre os temas: educação, meio ambiente e águas, agricultura familiar, questões fundiárias/agrárias, segurança pública, saúde, políticas para a juventude quilombola, participação cidadã e controle social. O programa nacional de alimentação escolar e o programa de aquisição de alimentos estarão na pauta das discussões.

Na região existem muitos conflitos entre as comunidades e os grandes empreendimentos, como a Suzano papel e celulose e os empreendimentos de soja. A degradação ambiental é uma das grandes preocupações das lideranças comunitárias e os impactos ambientais vem prejudicando o acesso à alimentação adequada das comunidades tradicionais locais.

Há uma grande expectativa das comunidades da região com relação à realização do evento, onde na oportunidade, serão discutidas e deliberadas propostas prioritárias para serem encaminhadas às autoridades competentes. E deve ser formada uma comissão comunitária de acompanhamento /monitoramento das demandas.

O I Congresso Regional de Comunidades Quilombolas do Baixo Parnaíba será realizado pela Diocese do município de Brejo-MA, Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania de Santa Quitéria-MA, Comunidades Quilombolas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar, Fórum Estadual de Transparência, Controle Social e Políticas Públicas e o Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional. Foram convidados para participarem vários órgãos públicos, como o Ministério Público Federal e Estadual, Defensorias Públicas, Segurança Pública, Secretarias de Educação, Direitos Humanos, Agricultura Familiar, Segurança Pública, Fazenda, Saúde, Meio Ambiente, Igualdade Racial, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Fundação Palmares, Conab, Incra, CNJ, conselhos estaduais, entre outros.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Edmilson Pinheiro

Manifestantes bloqueiam rodovia e tentam ocupar canteiro de Belo Monte
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014



Com informações de GleiceOliveira Guarani-Kaiowá:

Cerca de 1.200 pessoas dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Porto de Moz, no sudoeste paraense, bloqueiam há 2 dias, 2 trechos da rodovia Transamazônica, que dá acesso aos canteiros de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Os manifestantes cobram agilidade no pagamento de indenizações para pescadores e ribeirinhos, além da construção de moradias em um local adequado para os índios que moram nas cidades atingidas pelas obras.

Na última 2a-feira (12), centenas de manifestantes, entre índios, ribeirinhos e pescadores tentaram ocupar o canteiro de obras do sítio Belo Monte, localizado a 50 quilômetros da cidade de Altamira.

Nesta 3a-feira (13), a segurança foi reforçada por homens da Polícia Militar. Representantes do manifestantes, da Norte Energia e a Polícia Rodoviária Federal estão reunidos no sítio Belo Monte para tentar uma negociação.



Munduruku são atacados com rojões por garimpeiros, comerciantes e prefeitura de Jacareacanga (PA)

SÍTIO CIMI, 13.05.2014

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)

Cerca de 500 garimpeiros, comerciantes e membros do Poder Público de Jacareacanga (PA) atacaram 20 munduruku na manhã desta terça, 13, durante ação contra a presença dos indígenas no município. Dois munduruku acabaram feridos nas pernas depois de atingidos por rojões lançados pelos manifestantes anti-indígenas. Os munduruku temem por novos ataques nas próximas horas e a Polícia Federal foi acionada.

“Não podemos nem levar os dois feridos ao hospital porque tem ódio contra a gente por todos os lados. Manifestantes diziam que índios não têm direitos aqui em Jacareacanga”, afirmou uma indígena munduruku, presente durante o ataque, que aqui não é identificada por motivos de segurança. Os feridos são: Rosalvo Kaba Munduruku e Francineide Koru Munduruku. A Polícia Militar estava durante o ataque, porém ficou na retaguarda dos manifestantes que atacavam os indígenas e nada fez.

O ataque contra os indígenas não é aleatório, mas orquestrado e programado. No final da tarde desta segunda, 12, cerca de 200 indígenas munduruku desocuparam a prefeitura de Jacareacanga (leia aqui). Conseguiram um acordo com o Poder Público. Durante uma semana, os munduruku reivindicaram o retorno às aulas de 70 professores indígenas, que este ano não tiveram o contrato renovado pelo município.

Os indígenas então começaram a retornar para as aldeias, dispersas pelo rio Tapajós e seus afluentes. Na manhã de hoje, durante o ataque, um grupo de 20 munduruku tomava café na frente da casa de uma indígena, se preparando para a viagem de volta, quando foi surpreendido pela horda enfurecida.

Crianças e mulheres não foram poupadas. “Chegaram atacando mesmo, xingando a gente. Só foi o tempo de deitar no chão e correr para dentro da casa. Eu estava com meu bebê no colo e tive que me jogar para não ser acertada pela bomba (rojão)”, afirma a indígena munduruku.

Articuladores da violência

Entre os manifestantes anti-indígenas, os munduruku identificaram o secretário de Assuntos Indígenas de Jacareacanga Ivânio Alencar como o principal insuflador e líder da horda. Conforme indígenas ouvidos, Alencar gritava que os munduruku queriam tirar o direito dos moradores do município.

“Desde que começamos a manifestação pela volta dos professores ele (Ivânio) está contra a
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

gente. Só fala mal dos munduruku, coloca o povo da cidade contra a gente. Nossa reivindicação não era contra a cidade ou as pessoas que moram nela. Nunca quisemos isso”, declara a indígena.

Integrantes da extinta Associação Pusuru, fechada pelo próprio povo Munduruku durante assembleia no final do ano passado, estavam entre os manifestantes que atacaram os indígenas. Conforme lideranças, estes indígenas estão atrelados ao Poder Público de Jacareacanga e comumente defendem propostas que não atendem aos anseios do povo Munduruku, caso de grandes empreendimentos no Tapajós.

O vice-prefeito Roberto Crispim também estava na manifestação, que contou ainda com garimpeiros expulsos da Terra Indígena Munduruku pelos próprios indígenas, durante ação de fiscalização e proteção do território, em janeiro deste ano. Os garimpeiros, desde então, passaram a ameaçar os indígenas e a participar de ações anti-indígenas, caso da manifestação desta manhã.



Congregação 'Irmãs Lauritas' celebra centenário com encontro em Campo Grande
SÍTIO CIMI, 13.05.2014

Em celebração do centenário da Congregação 'Irmãs Lauritas', acontece em Campo Grande (MS) até esta quarta-feira (14) o "Encontro de Espiritualidade dos Povos Indígenas", entre povos com que trabalham com o tema, aprimorado e fortalecido pela dinâmica do Carisma da congregação das irmãs Missionárias Lauritas: 100 anos compartilhando a experiência de vida junto aos Povos Indígenas. O ritual dos Povos Indígenas Pai Tavyterã, Paraguai e o Povo Guarani Kaiowa do MS foi o impulso motivador do início da celebração centenária.

A breve apresentação dos povos indígenas presentes representando Chile, Paraguai, Bolívia, Brasil e missionários e missionárias não indígenas revelou o olhar profético no exercício de ver a realidade, ouvir o gemido do povo e de ir até eles foi o que se concretizou nas palavras, gestos e ritos e rituais manifestados. Na análise de conjuntura foi abordada a realidade indígena do Brasil frente a opção do governo brasileiro, o modelo desenvolvimentista agro-extrativista exportador, sendo este modelo o principal entrave para as demarcações dos Territórios indígenas no país e na América Latina, visto que o Mato Grosso do Sul é a situação mais emblemática do Brasil.

O Povo Guarani do Paraguai 'Pãi Tavyterã e os Guarani Kaiowá / Brasil em seus rituais celebraram a reverência a Mãe Terra, Tekoha Sagrado. Para os Guarani a própria história é sagrada. É uma palavra ritualizada. Cada celebração se põe a caminho. Esse caminho é a ponte para a humanidade porque une o humano com o Divino. O rosto guarani revelado para a humanidade.

Para esse povo as fronteiras nacionais os separam e devido a localização desses países algumas minúsculas coisas se modificam em seus costumes, como disse o professor Eliel Benites kaiowá guarani: "somos todos guarani, temos mais semelhanças do que diferenças entre nós" .

Dona Miliana Nhande si (nossa mãe) da comunidade Laranjeira Nhanderu afirmou que "Deus fez a terra para todos viverem nela, todos viverem da natureza e com a natureza, os peixes, as árvores, as cacas para todos poderem viver dela, antes tudo era suficiente pra gente viver, mas os brancos querem acabar com tudo".

O Povo Originário, o povo indígena é o centro da Terra. Se o Povo desaparecer o mundo acabará, assim afirma o Povo Guarani, dizendo que Ñanderú Guasu pede a ajuda do seu povo no resgate da Mãe Terra.

Para encerrar o dia os guarani fizeram o ritual do Guahu e uma grande roda de Guaxiré onde todos os participantes do encontro dançaram.

Missionárias Lauritas



A Congregação das Missionárias de Maria Imaculada e Santa Catarina de Sena, conhecidas familiarmente como Missionárias Lauritas, nasce no seio da Comunidade da indígena em Dabeiba (Antioquia), Colômbia em 14 de maio de 1914. Quando as comunidades indígenas estavam abandonadas e numa época que era inadmissível que uma mulher trabalhasse sozinha na selva. A Jovem Laura corre a aventura de empreender o que ela chama de a Obra dos Índios.

Acompanhada de sua mãe mais cinco jovens corajosas, sai de Medellín em 05 de maio de 1914, depois de dez dias de viagem chegam a Dabeiba para se encontrar com os indígenas Embera Katio. Compreendendo a dignidade dos indígenas decidiu viver como eles na simplicidade, humildade e pobreza e desta maneira rompe com o preconceito e a discriminação racial que mantinham os líderes civis e religiosos da nação.

Atualmente as Missionárias Lauritas dão continuidade a esta missão e fazem presença em 21 países da América Latina, África e Europa trabalhando em favor das comunidades marginalizadas com especial atenção aos Povos Indígenas.

Irmã Emilia - Catequista Franciscana

Irmã Joana – Franciscana de Nossa Senhora Aparecida

Lídia Farias – Missionária do Cimi/MS



Mineradora é condenada a dar água e comida a ribeirinhos no Pará
SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 13.05.2014

A Justiça Federal do Pará condenou a mineradora Imerys Rio Capim Caulim a fornecer água e cestas básicas a ribeirinhos prejudicados pela contaminação dos rios Curuper e Dend, em Barcarena (123 km de Belém), nordeste do Estado.

Após ser provocado pelo Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, a Justiça entendeu que a Imerys foi responsável por dois vazamentos que deixaram as águas dos rios sem condições de uso.

De acordo com o acórdão do Ministério Público Estadual e do Federal, a área atingida pelo minério pertence à Marinha. A quantidade de famílias impactadas não foi informada.

O caulim, um minério de cor branca amplamente utilizado em diversos setores industriais, destacando-se o de papel, e na região de Barcarena é explorado pela Imerys.

O juiz federal Rafael Lima da Costa determinou que a empresa forneça por mês 80 litros de água às famílias e R\$ 77 em alimentos por família atingida. O valor da alimentação deverá ser aumentado em R\$ 35 por dependente menor de idade, até o limite de R\$ 262 por família.

PROVIDÊNCIAS

A decisão ocorreu no domingo (11), durante o planto judiciário, e a empresa deve iniciar o cumprimento das medidas 24 horas após ser intimada.

Segundo a decisão, as prestações mensais de apoio da empresa às famílias serão mantidas até que a Imerys demonstre, por estudos técnicos, que os rios impactados retornaram às suas características naturais.

“Não há como se negar, portanto, que, em decorrência do vazamento de caulim, tais famílias se encontram, ainda que temporariamente, privadas de elemento fundamental para sua sobrevivência, qual seja, as águas dos igarapés, as quais são usadas não só para a pesca e captura do camarão, mas igualmente para consumo”, afirmou o juiz na decisão.

A multa em caso de descumprimento da decisão é de R\$ 5 mil por dia. A diretoria da empresa não foi localizada para comentar a decisão.

Durante as investigações, a empresa chegou a emitir nota à imprensa do Pará informando que houve apenas um vazamento, de 9 minutos, na terça-feira (6), e que “aumentou a segurança na área e colabora para investigar o caso”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

Segundo o Ministério Público Estadual e o Federal, foi constatada contaminação no rio também na quinta-feira (8).

O procurador da República, Bruno Araújo Soares Valente, e a promotora estadual Viviane Lobato Sobral Franco apresentaram Justia laudo do Instituto Evandro Chagas que recomenda o não uso das águas dos rios para consumo humano, lazer ou coleta de peixes e camarões.



Treinamento fortalece artesãos extrativistas do povoado de Mumbuca

SÍTIO SURGIU, 13.05.2014

A artesã Claudiana Matos, diretora de projetos da Associação, disse que o curso atende a uma demanda da própria comunidade

A comunidade quilombola Mumbuca, de Mateiros, participa nesta segunda-feira, 12, de capacitação para fortalecer o gerenciamento da Associação de Artesãos Extrativistas do povoado. O treinamento em informática e contabilidade acontecerá até sexta-feira, 16, beneficiando 20 membros da Associação.

A iniciativa, realizada pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades), visa incentivar as comunidades do entorno de unidades de conservação a utilizar os recursos naturais de forma sustentável. A comunidade Mumbuca fica na área de entorno do Parque Estadual do Jalapão e é a principal referencia em artesanato e na coleta legal do capim dourado no Tocantins.

A artesã Claudiana Matos, diretora de projetos da Associação, disse que o curso atende a uma demanda da própria comunidade. "Hoje tudo se faz com o computador e também precisamos de mais noção de contabilidade. Então temos uma oportunidade rica e única de fortalecer a nossa entidade e de motivar os jovens a preservar a cultura da comunidade", relatou.

A ação é executada pelo Projeto GEF - Cerrado Sustentável, com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). No início do ano a comunidade também foi beneficiada pela Semades, dentro da mesma ação, com a reforma do caminhão que é utilizado há 10 anos para apoiar a coleta do capim dourado.



Professor é atacado por queixada em MT e vai parar no hospital

SÍTIO OLHAR DIRETO, 13.05.2014

Deve receber alta nesta segunda-feira (12) o professor indígena de Mato Grosso, Sócrates Tserehité, 29 anos. Ele foi atacado na quinta-feira (8) por um queixada, conhecido como porco do mato, na aldeia dos índios xavantes denominada Areões, em Nova Nazaré, próximo a cidade de Água Boa, no leste de MT.

De acordo com o indígena, ele estava visitando a comunidade Areões onde participaria de uma reunião para discutir a construção de uma unidade de saúde (Casai) em Água Boa quando um queixada lhe atacou e para não ser mais atingido pelo animal, o indígena teve que correr. A mordida acertou a panturrilha da perna esquerda do professor.

Esse queixada é considerado manso porque é criado desde pequenino pelos índios, todavia o animal estranhou o professor Sócrates e por isso houve o ataque. Sócrates recebeu o primeiro curativo no posto de saúde da aldeia e depois foi encaminhado para o hospital regional de Água Boa onde recebeu medicamentos nesse final de semana.

O queixada é um animal temido pelos índios durante as caçadas. Sócrates disse ao site Água Boa News que não esquecerá tão cedo deste queixada dos irmãos xavantes do Areões.



Em audiência pública, Aguilera pede solução para violência nas aldeias de MS
SÍTIO AGORA MS, 13.05.2014

Na próxima quinta-feira (15), a partir das 19h, será realizada no plenário da Câmara Municipal de Dourados, a audiência pública "Segurança Pública nas Aldeias", que vai trazer discussões e propostas para garantir ações de segurança nas aldeias de Mato Grosso do Sul. A palestra será ministrada pelo o procurador do Ministério Público Federal, Marco Antônio Delfino, que acompanha as discussões e os problemas de perto e é referência no trato com as causas indígenas.

Desde o ano passado, o vereador do PSDC é o presidente da Comissão Permanente Indígena e Afrodescendente na Câmara Municipal de Dourados. "Este é um assunto pertinente ao dia-a-dia da comunidade indígena, e um dos principais problemas civis do nosso país. Por isso propus essa audiência, e nela, espero que possamos colher frutos e boas propostas para uma solução prática e emergente para o bem da nossa comunidade."

Segundo Aguilera, A segurança pública é um direito do cidadão e cabe ao Estado implementar soluções práticas. "A segurança pública é dever do Estado, e o crescimento latente dos níveis de violência na Reserva Indígena de Dourados é assustador, por isso o povo indígena exige ações para inibir e resolver esse problema", explica o vereador.

No primeiro semestre, Aguilera, que também é presidente da Associação dos Vereadores Indígenas de Mato Grosso do Sul, ouviu os colegas vereadores indígenas e os apelos de suas comunidades. Diante disto, o vereador solicitou ao secretário de Justiça e Segurança Pública de MS, Wantuir Jacini, os dados da violência nas aldeias indígenas ao Dr. Wantuir Jacini, Secretário de Justiça e Segurança Pública de MS. "São 122 ocorrências de crimes registradas pela Polícia Civil de MS. Dentre os crimes estão assassinatos, estupros, violência doméstica, furtos e agressões. Esperamos que a comunidade venha em peso para garantirmos um debate qualificado", finaliza o vereador.



Concurso une idiomas brasileiros
SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 13.05.2014

Produções literárias em língua portuguesa e de etnias indígenas serão contempladas por instituto i-cultural

Da Redação

Estão abertas desde a semana passada as inscrições gratuitas para o Concurso Internacional de Literatura e Redação Henrique José de Souza, de Nova Xavantina (MT). O prazo é até 15 de julho.

Promovido pelo Instituto Brasileiro de Ação e Cidadania, o i-cultural.br, o concurso tem como objetivo estimular a criatividade e a destreza das crianças e adolescentes na língua portuguesa e também na cultura indígena, por meio de categorias específicas para as etnias xavantes e carajás.

Os trabalhos poderão ser enviados até a já citada data de 15 de julho por meio do site do concurso (www.concursoliterariohjs.com.br). A premiação está marcada para o dia 9 de agosto, em Nova Xavantina.

A primeira categoria é "Redação" e é voltada aos alunos do 9º ano do Ensino Médio. Com o tema "Miscigenação na América do Sul", terão que escrever de forma inovadora e criativa sobre as trocas culturais entre as diversas raças.

A categoria "Poesia" visa atrair poetas profissionais ou amadores tanto nacionais como de outros países de língua portuguesa. O tema é livre e qualquer poeta pode enviar sua obra para apreciação.

A intenção do tema visa não restringir a liberdade de expressão do poeta e fazer com que os vencedores tenham reconhecimento e publicação em antologia poética a ser impressa.

Já a categoria "Recital de Poesia" foi desenvolvida especialmente para algumas cidades do Vale do Araguaia. Com o tema "Minha cidade", qualquer nascido ou residente em Canarana, Cocalinho, São Félix do Araguaia, Vila Rica, Barra do Garças, Água Boa, Campinápolis e Nova Xavantina poderá escrever uma obra poética sobre sua cidade. As melhores produções serão pré-selecionadas até 22 de julho de 2014 e seus autores (ou representantes) recitarão essas obras na data da premiação. Será escolhida uma obra de cada cidade.

A categoria "Conto" é destinada aos índios xavantes e carajás. Em língua nativa, os indígenas produzirão textos originais ou tradicionais sobre suas culturas. O objetivo dessa categoria é preservar a língua, cultura e tradições dessas etnias. Cada uma delas terá uma premiação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

A última categoria, "Biografia resumida", é destinada aos membros da Sociedade Brasileira de Eubiose. Os candidatos terão que escrever uma biografia resumida com aspectos da vida pública de seu fundador: Henrique José de Souza.



MPF/AM recomenda isenção de IPTU para imóveis das comunidades de terreiro
SÍTIO D24, 13.05.2014

Para procurador, terreiros são considerados locais de culto para fins legais, devendo receber, portanto, a mesma isenção que igrejas já recebem

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) recomendou ao município de Manaus que reconheça o direito à imunidade do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos imóveis utilizados como locais de celebração e culto religiosos pelas comunidades de religião de matriz africana, deixando de cobrar qualquer valor referente ao tributo municipal dessas propriedades.

O documento requer a realização, por parte da Prefeitura de Manaus, de cadastramento participativo baseado no autorreconhecimento dos povos de terreiro para identificação dos imóveis a serem beneficiados pela medida no prazo de 120 dias. Conforme o MPF, qualquer definição prévia por parte do município a respeito dessa identidade deve ser vedada. A prefeitura deverá divulgar amplamente o teor da recomendação a seus órgãos.

Para o MPF/AM, as “comunidades de terreiro”, ou “povo de santo”, são reconhecidas como comunidades tradicionais e, inclusive, possuem representação na composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, do Ministério do Desenvolvimento Social. “Os terreiros são os espaços sagrados onde são realizados os cultos e cerimônias das religiões de matriz africana, tais como candomblé, umbanda, batuque, quimbanda, xambá, dentre outras”, ressalta trecho da recomendação.

De acordo com o procurador da República Julio José Araujo Junior, autor da medida, os terreiros são considerados locais de culto para fins legais, estando as pessoas físicas ou jurídicas que os mantêm sujeitas à imunidade de impostos relacionados à sua atividade-fim, dentre os quais o IPTU. “A imunidade de pagamento de IPTU aos templos de qualquer culto constitui direito constitucional há muito garantido às igrejas, e que já vem sendo efetivado aos terreiros em diversas cidades do Brasil”, completou o procurador.

Isenção prevista em lei – O MPF/AM cita na recomendação que o artigo 150 da Constituição Federal e o artigo 9º do Código Tributário Nacional proíbem a cobrança, pelo poder público, de impostos sobre templos de qualquer culto. Em pelo menos duas situações distintas, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que a imunidade prevista na Constituição deve considerar como cultos distintas expressões de crença espiritual.

O procurador da República que assina a recomendação acrescentou ainda que é urgente a necessidade de o Estado reconhecer a identidade do “povo de santo”, por meio da efetivação de direitos constitucionalmente assegurados a essas comunidades. “Tal benefício contempla os valores de uma sociedade plural e sem preconceitos, valores esses que direcionam os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

fundamentos da própria Constituição Federal, e assentam a concepção de um Estado brasileiro laico”, disse Julio Araujo.



Governo tenta acordo com quilombolas em Salvador (BA)

SÍTIO PORTAL BRASIL, 13.05.2014

Comunidade reivindica 278 hectares da área da Vila Naval da Barragem (BA), e o uso da barragem construída pela Marinha

A Secretaria-Geral da Presidência da República apresentou a quinta proposta do Governo Federal para a resolução do conflito fundiário envolvendo a comunidade quilombola de Rio dos Macacos, em Simões Filho (BA), na semana passada, em Salvador (BA). A proposta, entretanto, foi rejeitada pelos quilombolas presentes à reunião, que reivindicaram praticamente toda a área da Vila Naval da Barragem (278 dos 301 hectares) e o uso da barragem construída pela Marinha.

O ministro Gilberto Carvalho lamentou a rejeição da proposta e a postura adotada pelos representantes da comunidade de Rio dos Macacos: "Nos contatos preliminares à reunião, eles se mostravam muito propensos a aceitar o acordo. Fico triste por saber que, sem o acordo, quem vai sofrer são os próprios moradores da região.", afirmou. Segundo o ministro, "não havendo o acordo, não há muito o que fazer, porque a Marinha não pode retirar a ação que move na Justiça, para reintegrar aquela área"disse o ministro.

Segundo Gilberto Carvalho, o Governo Federal ainda está aberto a retomar as negociações, desde que os quilombolas revejam sua posição e aceitem a delimitação apresentada na reunião, uma vez que ela contempla os interesses dos diversos órgãos federais envolvidos na questão.

Proposta

A proposta do Governo Federal foi construída por meio do diálogo entre diversos órgãos de governo, além da própria Secretaria-Geral: Ministério da Defesa, Marinha do Brasil, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Fundação Cultural Palmares e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ela prevê a demarcação de 104 hectares dentro da área reivindicada pelos quilombolas, incluindo uma área da Marinha do Brasil de 86 hectares ao norte da barragem da Vila Naval, além de 6 hectares ao sul da Vila Naval, onde reside a família mais antiga da comunidade quilombola.

O Governo Estadual, por sua vez, cederá 12 hectares contíguos ao terreno de propriedade da Marinha, na parte norte. Com isso, apenas uma das 40 famílias que vivem hoje no local precisaria se deslocar, o que seria feito apenas após a construção de uma nova casa.

A proposta abrange ainda a elaboração de um projeto de aquicultura familiar, com o objetivo de garantir aos quilombolas a retomada de suas atividades pesqueiras, além de políticas

CONT.



públicas do Programa Brasil Quilombola, contemplando assistência técnica rural, saúde, educação e habitação, dentre outras áreas.

Histórico

A comunidade de Rio dos Macacos foi certificada como quilombola pela Fundação Cultural Palmares através da Portaria nº 165, de 27 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 04 de outubro daquele ano, na forma do Decreto 4.887/2003 e da Portaria 98/2007 da Fundação. A partir de então, o Incra deu início ao processo de identificação e delimitação territorial, no âmbito do qual foi elaborado laudo antropológico.

Há registros do início do século XX da presença de moradores, ascendentes de ocupantes atuais da região, que deram origem ao quilombo de Rio dos Macacos a partir das fazendas Macaco, Meireles e Aratu. O laudo que serviu de base para o processo do Incra apontou preliminarmente uma área de 301 hectares como o território reivindicado pela comunidade quilombola. Este território coincide, quase que integralmente, com a área de propriedade da União administrada pela Marinha do Brasil, na qual funciona a Vila Naval da Barragem.

A vila abriga 400 servidores da Marinha com suas famílias, e a barragem lá localizada abastece a Base Naval de Aratu, segunda maior base da Marinha no País. Por conta da barragem da Vila Naval, a área em litígio é relevante para salvaguardar os interesses de defesa nacional, dado que a Base Naval deve ser independente da rede local de abastecimento de água e energia elétrica – Aratu conta com geradores próprios de energia.

A comunidade, apesar de ter características rurais (conforme relata o laudo antropológico do Incra), está localizada em região urbana e densamente povoada na região metropolitana de Salvador. Este é mais um fator que aumenta a complexidade do conflito fundiário, que envolve interesses protegidos constitucionalmente e reconhecidos pelo Estado brasileiro, quais sejam, a defesa nacional e a preservação das comunidades quilombolas, com a garantia das terras que ocupam tradicionalmente.

Atuação

A Secretaria-Geral foi procurada por moradores da região de Rio dos Macacos durante o Seminário Internacional "Convenção 169 da OIT: experiências e perspectivas", realizado em março de 2012, promovido em parceria com a Organização Internacional do Trabalho. Naquele momento, a Fundação Palmares já havia reconhecido a comunidade como quilombola e o Incra encontrava dificuldades para realizar o trabalho de campo dentro da área da União.

Desde então, a Secretaria-Geral tem realizado uma mediação visando uma solução do impasse, garantindo o interesse da União na manutenção da área, bem como a preservação dos direitos da comunidade quilombola local.

Desse amplo processo de diálogo e articulação, surgiram as cinco propostas apresentadas até aqui pelo Governo Federal na negociação com a comunidade. Também como fruto deste processo, foram obtidas importantes conquistas para os quilombolas, que incluem a construção

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

e reforma de casas com risco de desabamento, que será feita através de convênio entre o Ministério da Defesa e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano; a criação de um acesso independente para a comunidade, com a construção pelo Exército Brasileiro de uma estrada que ligará a BA-528 ao núcleo principal de moradias; autorização para construção de um centro comunitário para a Associação dos Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos; e a autorização para retomada do plantio e da criação de animais para subsistência.

Assim, a Secretaria-Geral tem trabalhado pela composição e conciliação dos interesses envolvidos nesta questão, com a clareza de que a solução pacífica e negociada é o melhor caminho, tanto para a preservação da comunidade quilombola e quanto para a garantia da defesa nacional.

Fonte:

Secretaria-Geral da Presidência da República



Senado institui cota de 20% para afrodescendentes

SÍTIO SEPPIR, 13.05.2014

Medida anunciada hoje (13/05), é voltada para preenchimento das vagas de concursos públicos e contratos de terceirização da Casa. Já a votação do PLC 29/2014, que reserva vagas para pessoas pretas e pardas nos concursos públicos federais foi adiada para esta quarta-feira (14/05)

Medida vale para preenchimento de vagas dos concursos públicos e contratos de terceirização da Casa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu nesta terça-feira, 13, com os integrantes da Mesa, instituir a cota de 20% para afrodescendentes no preenchimento das vagas de concursos públicos e contratos de terceirização da Casa.

O presidente explicou que a determinação não pode ser imposta para os cargos em comissão, uma vez que o critério para a contratação desse tipo de mão de obra envolve a confiança depositada pelo parlamentar. Entretanto, ele ressaltou que há uma recomendação para que a proporcionalidade também seja levada em consideração no preenchimento dessas vagas.

Já a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 29/2014, que dispõe sobre a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para negros e negras, prevista para acontecer nesta terça-feira, 13, em sessão ordinária da Casa, foi adiada. A previsão é de que aconteça nesta quarta-feira, 14, tão logo a pauta seja destrancada.

Se o texto aprovado pela Câmara se mantiver inalterado, será enviado à sanção presidencial. Caso contrário, terá de voltar ao Senado.

PLC 29/2014

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) participou da elaboração do projeto e acompanha o seu trâmite no Congresso Nacional. Para a ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, quando a secretaria introduziu a proposta das cotas no serviço público federal, trouxe para a questão do mercado de trabalho a possibilidade de criar novas oportunidades para inserção da pessoa negra em espaços considerados mais valorizados.

“Nós operamos, dentro do serviço público federal, com desigualdades muito profundas entre negros e brancos, especialmente nas carreiras de maior remuneração. Portanto, se aplica a esse caso a necessidade de acelerar uma igualdade de oportunidades para que possamos espelhar, de modo mais fiel, a presença da população negra na sociedade brasileira”, afirma a chefe da SEPPIR.

CONT.



De acordo com o secretário-executivo da SEPPIR, Giovanni Harvey, a aprovação do PLC é uma conquista do Brasil. "O tempo mostrou que as ações afirmativas favoreceram a sociedade como um todo e não apenas as pessoas que foram diretamente beneficiadas. Com este projeto, estamos contribuindo para que o serviço público aumente a capacidade de formular e gerir políticas capazes de atender a nova configuração da sociedade brasileira. Não podemos perder isso de vista. As cotas não são uma medida assistencialista e sim um imperativo para a modernização da administração pública", afirmou o gestor.

Neste caso, afirma Harvey, o objetivo estratégico é enfrentar o racismo institucional "por dentro da máquina", mudando o perfil do servidor público ao longo dos próximos 10 anos. "Por isso é tão importante aumentar o acesso dos profissionais negros e negras nas carreiras nas quais as principais políticas públicas são formuladas e geridas", completa.

Deslocamento

Quanto à nova formulação da sociedade brasileira, a ministra tem chamado a atenção para o fato do negro estar tendo acesso, em maior número, a determinados locais nos quais historicamente não estavam presentes. E isso provoca nesses espaços, segundo ela, uma espécie de deslocamento, o que seria um indicador – apesar da permanência das desigualdades raciais – de mudanças da inserção social dos negros no país.

Alguns fatores geradores dessa mudança são as políticas universais adotadas pelo Governo Federal nos últimos dez anos, representada pela valorização do salário mínimo, que teve um impacto muito grande sobre a população negra; a ampliação do emprego formal e dos níveis de escolaridade, com reflexo particular e positivo sobre as vidas das mulheres negras, que despontam no conjunto da população negra como setor de maior escolaridade média.

"Vivemos no Brasil um quadro de consciência racial muito mais aguçado e explicitado do que há alguns anos. Isso é verdadeiro em relação aos negros e pode ser visto pelo Censo de 2010 que, pela primeira vez apontou a população negra como a maioria da população brasileira. Aliás, como o movimento negro vinha afirmando ao longo do tempo", diz.

A ministra também chama a atenção para a janela demográfica que analistas prevêem para acontecer no Brasil até 2030, também chamado de bônus demográfico e entendido como o momento em que a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras é maior do que a de pessoas que não trabalham - crianças e idosos.

"Esse é o momento de criar riquezas, de acumular, porque vai chegar num determinado ponto em que essa relação se inverte, em que a população brasileira vai atingir um ponto parecido com a europeia, em que o número de crianças e de adultos vai ser pequeno e o de idosos, muito grande. Então, o processo de inclusão racial e a necessidade de ampliação de esforços para aumentar a escolaridade dos jovens negros, para evitar o colapso da falta de mão de obra qualificada nos próximos anos, tem que ser acelerado agora para que a população negra brasileira, estimada em quase 100 milhões de pessoas, faça parte do contexto de desenvolvimento projetado para o país até 2030".

Ela defende as ações afirmativas e as políticas de igualdade racial como estratégias que devem
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

ser perseguidas para acelerar a mobilidade das pessoas negras na sociedade. “A SEPPIR trabalha na perspectiva de incluir a população negra no desenvolvimento do Brasil e o momento para isso é agora”, afirma.

Racismo – “Somos considerados obstáculos para o desenvolvimento desde que a escravidão foi abolida e vieram leis como a da vadiagem, criminalizando a população negra”, destaca Luiza Bairros. A explicitação atual do racismo, segundo a ministra, é justamente “o resultado da luta do movimento negro no país e das condições criadas para fazer o negro emergir, do porão da sociedade brasileira para a visibilidade. Estamos, na verdade, vivendo um momento de esfacelamento da etiqueta colocada pela ideologia da democracia racial”.

A ministra defende ainda, que o racismo fica mais evidenciado quando as pessoas se encontram em posições de poder, tanto material quanto simbólica, e se sentem ameaçadas. “O fenômeno do racismo é extremamente poderoso e tem a capacidade de se modificar na medida em que se promovem mudanças e, como tem influência em muitos instrumentos na sociedade, tem a capacidade de andar mais rápido do que as respostas que somos capazes de produzir a cada momento”.

“Reforço que não há motivos para se apavorar porque o racismo agora mostrou a cara. Deve-se afastar qualquer clima de pessimismo por uma razão muito simples: medo e pessimismo não produzem ação política”, diz.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Faltam menos de 70 dias para a 66ª Reunião Anual da SBPC

SÍTIO CIÊNCIA EM PAUTA, 14.05.2014

Faltam menos de 70 dias para a 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que será realizada entre os dias 22 e 27 de julho de 2014, na Universidade Federal do Acre (UFAC), em Rio Branco. O evento, que tem como tema "Ciência e Tecnologia em uma Amazônia sem Fronteiras", contará este ano com diversas novidades, entre elas: "O Dia da Família na Ciência", "SBPC Extrativista", "SBPC Indígena" e muito mais.

Na ocasião, serão realizados eventos dedicados à família em programas como a SBPC Jovem e ExpoT&C, uma mostra de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) que reúne centenas de expositores, como universidades, institutos de pesquisa, agências de fomento, entidades governamentais e outras organizações interessadas em apresentar novas tecnologias, produtos e serviços.

Este ano, pela primeira vez, a SBPC reunirá as principais associações científicas da China, da Europa, da Índia e dos Estados Unidos, além de pesquisadores renomados da América Latina. Na lista de participantes, estão a Associação Chinesa para a Ciência e a Tecnologia (CAST, na sigla em inglês), a Associação Europeia para Ciência (EuroScience), o Congresso de Associações de Ciência da Índia (ISCA) e a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS).

O evento contará também com a "SBPC Indígena". A proposta é incluir na programação científica debates acerca do universo indígena como "Ciência e Educação Indígena", "Saúde Indígena", além da realização de rituais e apresentações musicais de povos indígenas do Brasil, Bolívia e Peru. Outra atividade prevista para a SBPC Indígena é a realização do "Encontro Transfronteiriço de Povos Indígenas do Brasil-Peru-Bolívia", que contará com a participação de indígenas e especialistas dos três países.

Já a atividade denominada "SBPC Extrativista: O mercado verde e as populações tradicionais", contará com ações que visam ampliar a divulgação da cultura extrativista, além de despertar o interesse dos jovens estudantes e pesquisadores para o tema. A programação será montada no Parque Zoobotânico da Ufac. Entre as atividades estão minicursos, mesas redondas, uma tenda com estandes, exposições de fotografia e vídeos, e muito mais.

Para mais informações, clique aqui (<http://www.sbpnet.org.br/riobranco/home/>).

Fonte: SBPC



Resultado de exame de água que abastecia quilombo sairá até junho

SÍTIO G1, 14.05.2014

*Reservatório de Quilombo do Jaó, em Itapeva, pode ter sido envenenado.
Caso aconteceu no fim de abril, e está sendo investigado pela polícia.*

Caio Silveira Do G1 Itapetininga e Região

O resultado do exame que pode comprovar o envenenamento no reservatório de água que abastece o Quilombo do Jaó, em Itapeva (SP), deve ficar pronto até 5 de junho. A informação é da gerente da Vigilância Ambiental do município, Tatiana Ribas Gemignani.

A amostra está sendo estudada desde 29 de abril no Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo. A suspeita é de que alguém teria colocado agrotóxico na caixa d'água que abastece 56 famílias que vivem no local. "Conversei com o pessoal do instituto na terça-feira (6), e eles me informaram sobre o prazo de um mês. Pode ser que o resultado saia antes, tudo depende da demanda deles", afirma Gemignani ao G1.

A caixa d'água possivelmente envenenada já foi esvaziada e limpa por uma empresa terceirizada pela prefeitura. Apenas um morador ingeriu o produto possivelmente alterado. Ele não passou mal.

Em entrevista ao G1, o delegado responsável pelo caso, Alaor de Aguiar Filho, afirma já ter ouvido moradores da comunidade quilombola, mas que, por enquanto, não há suspeitos. "Ainda não foi lançado pelos moradores a hipótese de alguma pessoa com desavenças ter feito isso. Como não houve vítimas, no caso de alguém passar mal, por enquanto só podemos aguardar pelo laudo. É a partir dele que teremos a certeza de que alguma pessoa envenenou a água, ou se foi alguma contaminação natural", revela.

Entenda o caso

Em 25 de abril, moradores do Quilombo do Jaó tiveram um susto depois que o reservatório de água do local foi possivelmente envenenado. O líder da comunidade quilombola, Antônio Aparecido de Oliveira Lima, denunciou o caso na polícia. Ele afirmou que a caixa d'água coletiva, que abastece as casas das 56 famílias que vivem na área, foi contaminada por pesticida.

Segundo ele, o crime foi descoberto depois que dois moradores perceberam o cheiro de produto químico na água. "Uma dessas pessoas sentiu o cheiro forte quando foi lavar o rosto de manhã. Já o outro também sentiu o cheiro, mas mesmo assim bebeu. Eles então vieram me procurar para dizer que havia algo estranho na água", explica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

Ainda de acordo com Antônio Lima, ele foi até o reservatório acompanhado de outros moradores e perceberam que o local estava com resquícios de veneno. "Quando subi na caixa, vi que tinha um pó espalhado por todos os lados. Ao jogarem aquele produto na água, ele também se espalhou e ficou parado em cima dos canos e ferragens", ressalta.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

Devido aos atendimentos nas comunidades quilombolas NAC suspende serviços até dia 15

SÍTIO JORNAL PORTO NEWS, 14.05.2014

Os serviços aos assistidos serão normalizados na sexta-feira

O NAC – Núcleo Especializado de Ações Coletivas, da Defensoria Pública do Tocantins, não prestará atendimento em sua sede a partir desta terça-feira, 13, até quinta-feira, 15, devido aos trabalhos realizados pelo Projeto Defensoria Quilombola nas comunidades Matão, Água Branca, São José, Chapada de Natividade, Redenção e Dona Romana, localizadas nos municípios de Conceição do Tocantins, Chapada da Natividade e Natividade.

Os serviços aos assistidos serão normalizados na sexta-feira, 16. O NAC está sediado na quadra 104 Sul – I, Rua SE 5, lote 27, Centro, em Palmas, no Anexo I da Defensoria Pública.

Fonte: defensoriapublica

Da linha de frente: indígenas professores

SÍTIO PARALELO 10, 14.05.2014



Estamos muito alegres com líderes/missionários indígenas dando aulas e participando no discipulado de alunos no Instituto Semiraita (Semente) na cidade de Iranduba (AM). Temos três alunos (dois Daw e um Tikuna). Confiamos que o Senhor fará uma obra muito especial neste lugar. Antes de termos mais alunos, precisamos investir formando uma boa equipe indígena para discipular os alunos que chegarem.

Por favor, divulgue e ore pela família Suruí: TimTim, Dina e duas filhas (uma de 11 e outra de 6 anos). Também ore por Gregório Dâw que pretende até o final do ano trazer sua família para morar no Instituto (esposa + 3 meninas e 2 meninos). As duas famílias precisam de mais mantenedores. Ore para que o Senhor nos ajude a ajudá-los conseguir recursos para o sustento de suas famílias.

Contamos com seu apoio na divulgação deste ministério.

Juntos podemos fazer mais.

Lenita Assis

Lenita é missionária da ALEM e uma das líderes do projeto "Festejando a Libertação" que ajuda indígenas a livrarem-se da dependência química.



Estudantes indígenas põem em prática conhecimentos do curso técnico de enfermagem no Jets

SÍTIO SURGIU, 14.05.2014

Para a turma do 4º ano do ensino médio técnico em Enfermagem, a experiência serve para por em prática o que aprenderam em sala de aula

Além de participarem como atletas dos Jogos Estudantis do Tocantins (Jets), alunos do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (Cemix) Warã, em Miracema, a 78 km de Palmas, também auxiliam no atendimento aos estudantes que necessitam de primeiros socorros.

Para a turma do 4º ano do ensino médio técnico em Enfermagem, a experiência serve para por em prática o que aprenderam em sala de aula. O trabalho dos alunos nos Jogos é supervisionado pelo coordenador do curso de enfermagem, professor Yuri Couto Viana. "Eles estão aptos a realizar o atendimento inicial, realizando os primeiros socorros. Em casos mais graves chamamos a ambulância e acompanhamos o paciente até o hospital. Esta é a segunda turma concluinte, mas é a primeira vez que os alunos vêm auxiliar nos Jets", ressalta.

Um dos estudantes de enfermagem que estão atuando nos Jogos é Romário Srwasde Xerente. Ele conta que sempre se interessou pela área da Saúde e poder participar da competição foi uma grande oportunidade. "Para nós é um privilégio estar aqui dando assistência nos Jets. Esses quatro anos aprendemos para isso e ao mesmo tempo em que colocamos em prática também aprendemos mais", enfatiza o estudante, que já planeja cursar também Medicina e ajudar a comunidade indígena.

Sobre os Jogos

As fases regionais dos Jogos Estudantis estão sendo realizadas desde o fim do mês de abril e seguem até 6 de junho. Ao todo, as competições foram divididas em 10 regionais e, após a classificação dos alunos nesta etapa, será realizada a fase estadual dos Jogos e definição dos vencedores dos Jogos em 2014.



Índios foram obrigados a ajudar Exército no Araguaia, diz comissão

SÍTIO PRIMEIRA HORA, 14.05.2014

A Comissão Nacional da Verdade recebeu, nesta terça-feira (13), um relatório no qual índios da etnia Aikewara, do sudeste do Pará, relatam violações aos direitos humanos que sofreram durante a ditadura militar (1964-1985). Elaborado pelos próprios indígenas, com o auxílio de uma antropóloga, o documento revela que a etnia foi obrigada a colaborar com as Forças Armadas durante a repressão militar à Guerrilha do Araguaia.

As terras dos índios Aikewara, também conhecidos como Suruí do Pará, ficam a cerca de 100 quilômetros do município de Marabá, próximo ao rio Araguaia. Eles relataram à Comissão da Verdade, diz nota divulgada pelo colegiado, terem tido suas terras invadidas e totalmente ocupadas pelos militares entre 1972 e 1974. Nessa época, informaram os índios, os homens adultos foram recrutados à força, com o aval da Funai, para atuarem como guias na mata na caça aos guerrilheiros.

O indigenista da Funai Juliano Almeida, que acompanhou o processo de elaboração do relatório, contou que os Aikewara foram coagidos a perseguir guerrilheiros, carregar cargas para os militares, abrir trilhas na mata e, até mesmo, carregar corpos de guerrilheiros mortos e colocá-los em helicópteros.

“Não há relatos de tortura física, mas há de tortura psicológica. O medo é o grande elemento de toda a narrativa dos Aikewara. O medo de morrer”, contou Almeida.

Além disso, militares queimaram as plantações e as reservas que os índios Suruí guardavam e os proibiram de plantar, caçar, ou pescar. As mulheres, crianças e idosos ficavam na aldeia, e eram monitorados constantemente. Por falta de comida e pela proibição de exercerem suas atividades de subsistência, os Aikewara passaram fome.

Eles contaram, durante encontro que tiveram com integrantes da Comissão da Verdade, que presenciaram também a tortura de pessoas perseguidas pelo regime militar. Eles resgataram um camponês, que chegou à terra Sororó com uma corda amarrada no pescoço, torturado porque o parto de seu filho tinha sido feito pela guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina.

Relatório

O documento apresentado pela Comissão da Verdade foi redigido com o auxílio da antropóloga Iara Ferraz, que há 20 anos convive com a etnia.

Maria Rita Khel, que coordena as investigações de violações a direitos humanos de indígenas e camponeses, esteve com os Aikewara duas vezes em 2012, e foi comunicada por eles que gostariam de contar sua própria história.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

"Vai ser de muito valor para o capítulo do relatório que tratará das graves violações de direitos humanos contra indígenas e camponeses, pois será, junto com o dos Xavante Marãiwatsédé, um dos únicos relatos feito pelos próprios indígenas", disse Khel em nota divulgada pela Comissão da Verdade.

Pescadores protestam contra Belo Monte e fecham Transamazônica

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.05.2014



Por volta da 21:30 h da noite desta segunda, 12, cerca de 150 pescadores das colônias de pesca de Altamira, Vitória do Xingu, Porto de Moz e Senador José Porfírio iniciaram um grande protesto contra a falta de negociação e indenizações por parte do Consórcio Norte Energia, responsável pela usina de Belo Monte.

De acordo com o presidente da colônia de Porto de Moz, Laercio Farias, na entrada do canteiro de Belo Monte os pescadores foram recebidos pela Força Nacional de Segurança, que atirou balas de borracha e gás lacrimogêneo. "Ficou muita gente machucada nas pernas e nos braços. Levamos os feridos para a vila de Belo Monte, perto daqui".

O repórter da Rede TV de Altamira, Felype Adms, também foi atingido no peito. Em seu faicebook, Adms relata que "uma guarita foi incendiada, pescadores ficaram feridos com tiros de bala de borracha, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneos foram lançados para tentar dispersar a multidão. Por duas vezes a Força Nacional recuou e foi apedrejada". Em retaliação, os manifestantes queimaram quatro ônibus da empresa.

Belo Monte - ônibus incendiado

Desde a manhã desta terça, os pescadores resolveram fechar a rodovia Transamazônica em vários pontos, interrompendo completamente o tráfego de automóveis. "Estamos com

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

pescadores em quatro pontos estratégicos de acesso às obras. E vamos ficar por tempo indeterminado, até que um representante do governo e outro da Norte Energia venha aqui negociar conosco”, afirma Farias.

Segundo os pescadores, nenhuma negociação de indenização pela perda de locais de pesca e pela diminuição drástica da produção foi cumprida pelos empreendedores de Belo Monte. “Hoje de manhã um representante da empresa disse que eles só negociariam se a gente saísse daqui. Não aceitamos e vamos ficar até que venham conversar conosco no local do protesto”, explica o presidente da colônia de Porto de Moz, que veio com cerca de 200 homens.



II Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Culturas e Territorialidades – de 04 a 06 de agosto, na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.05.2014



O II Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Culturas e Territorialidades tem como objetivo central pensar as questões de Africanidades e brasilidades, buscando evidenciar a construção intercambiável das identidades de seus povos ao longo de mais de 500 anos ao mesmo tempo em que divulga o quão os fluxos Brasil-África tornaram possível produtos culturais ainda hoje pouco conhecidos exceto como formas de exotismo.

Ao contrário, os pesquisadores reunidos em torno deste congresso buscam rever consistentemente o lugar da "alteridade" e ressaltar as relações intelectuais, literárias, artísticas e científicas que promoveram ontem e promovem hoje o diálogo Brasil-África, observando ainda as tendências a novos desdobramentos.

INFORMAÇÕES SOBRE INSCRIÇÕES

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

O prazo para a inscrição de trabalhos a serem apresentados é de 15 de fevereiro a 30 de maio 2014, para isso deve-se preencher a ficha de inscrição disponível aqui e enviar para o coordenador correspondente do GT. O prazo para envio de carta de aceite é de 15 de maio a 15 de junho 2014 e o texto final para publicação deve ser enviado até o dia 4 de setembro de 2014, cabe resaltar que o pagamento para aqueles que irão apresentar o trabalho é até o dia 30 de maio de 2014.

Graduandos podem participar, desde que sejam participantes de projeto de Iniciação Científica e junto ao responsável por sua orientação, especialistas/especializandos, mestres/mestrandos, doutores/doutorandos, professores universitários ou pesquisadores institucionais podem, indistintamente, propor comunicação aos grupos de trabalho inscritos e aceitos na programação do evento, mas devem fazê-lo diretamente à coordenação do grupo de trabalho, que deverá observar se a proposição está adequada tanto à temática específica daquele grupo de trabalho, quanto ao tema central do evento. Em hipótese alguma as submissões de comunicação em grupos de trabalho devem ser encaminhadas à coordenação do evento, pois sua avaliação e consequente aceitação ou não é de inteira responsabilidade da coordenação do grupo de trabalho.



Segurança nas aldeias preocupa e vira tema de audiência pública

SÍTIO DOURADOS AGORA, 14.05.2014

A Câmara Municipal sedia nesta quinta-feira (15) uma audiência pública que tem como foco debater a questão da segurança nas aldeias Jaguapirú e Boró, que compõem a reserva indígena de Dourados.

O evento tem início a partir das 19 horas, no plenário, com participação do palestrante Marco Antônio Delfino, procurador do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS).

Segundo o vereador Aguilera de Souza, representante direto da comunidade indígena douradense e um dos responsáveis pela organização da audiência, a intenção do encontro é tentar encontrar uma solução coerente para a falta de ações do poder público nas aldeias, principalmente no âmbito do combate à violência.

Dados oficiais mostram que somente neste ano, sete pessoas já foram assassinadas na reserva. Ainda de acordo com o vereador, não existem patrulhamentos periódicos e as ações da Força Nacional de Segurança são meramente paliativas.

“A segurança pública é dever do Estado, e o crescimento latente dos níveis de violência na Reserva Indígena de Dourados é assustador, por isso o povo indígena exige ações para inibir e resolver esse problema”, explica Aguilera de Souza.

Entre os participantes da audiência estará o vice-cacique da aldeia Jaguapirú, o professor Laucídio Ribeiro Flores. Ele disse que vai aproveitar a oportunidade para cobrar uma maior atuação da Força Nacional. “Acredito que a Força poderia cooperar ainda mais com os líderes comunitários, intensificando os trabalhos de fiscalização em toda a reserva”, disse.

Ele lembra que o tráfico de drogas e o consumo irresponsável de bebidas alcoólicas podem ser enquadrados como os principais responsáveis pelo crescimento na violência. Os mais afetados são os jovens.

“Os pais não conseguem mais controlar seus filhos, e os adolescentes estão se entregando às bebidas e às drogas. A liderança das aldeias até que fazem um bom trabalho de fiscalização amparadas por Lei, apreendendo armas e resolvendo conflitos menos complexos, mas se o poder público não estender a mão a nós para que haja um combate mais eficiente, acredito que nunca sairemos desta situação”, destacou.



Museu Oscar Niemeyer tem programação especial durante a 12ª Semana de Museus
SÍTIO JORNAL DO OESTE, 14.05.2014

O Museu Oscar Niemeyer (MON) tem uma programação especial nos próximos dias, durante a 12ª Semana de Museus. As atividades no MON ocorrem nos dias 15 e 18 de maio e incluem palestra, teatro, abertura de exposição e visita mediada.

No dia 15 de maio, às 19h, no miniauditório, haverá uma palestra com os curadores da exposição "Abraham Palatnik – a reinvenção da pintura", Felipe Scovino e Pieter Tjabbes. Com mediação de Fernando Bini, o evento tratará sobre as obras de Palatnik, artista que mistura tecnologia e estética em suas criações. Esta exposição traz uma retrospectiva com aproximadamente 90 obras do artista - a maior já dedicada totalmente ao seu trabalho.

Também no dia 15, a peça "Piscina [...]" no Espaço Araucária será encenada na Torre do Olho. Com o texto de Mark Ravenhill, e tradução Alvaro Bittencourt, os ingressos para a exibição custam R\$ 20 e R\$ 10 (meia-entrada). A exibição acontece em horários diferentes, de quarta a sexta-feira a partir das 19h, sábado às 18h30 e às 20h30 e no domingo às 18h30. Os ingressos podem ser adquiridos em frente ao MON Café uma hora antes de cada apresentação. A capacidade do espaço é de 30 pessoas. A peça segue até o dia 1º de junho.

DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS

No domingo, 18 de maio, Dia Internacional dos Museus, haverá entrada gratuita durante todo o horário de funcionamento, das 10h às 18h, e uma programação especial que conta com abertura de exposição, oficinas e visita mediada.

A abertura da mostra "Plumária - Arte Maior do Indígena Brasileiro" acontece a partir das 11h, com mediação de Juliana Podolan Martins, na sala 10. A mostra apresenta cerca de 100 objetos e utensílios indígenas vindos do Museu de Arte Indígena (MAI), situado em Clevelândia, no Paraná, e propõe um mergulho na história do Brasil, com foco na arte indígena brasileira.

OFICINAS ARTÍSTICAS E VISITA MEDIADA

Às 14h30 e às 16h30 serão realizadas oficinas de arte com Juliana Podolan Martins, intitulada "Vivenciando a Arte Indígena", com construção de objetos. As oficinas acontecem no Espaço da Ação Educativa e têm capacidade para 60 pessoas.

Ainda no domingo, a partir das 15h, no subsolo do museu, há visita mediada sobre o Pátio das Esculturas e o acervo do MON, com o historiador do museu Ricardo Freire.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

O público poderá conferir as exposições em cartaz: "Nos intervalos entre as coisas importantes, nos minutos à toa – José Bechara", "Abraham Palatnik - a reinvenção da pintura", "Heist Films Entertainment – Gustavo von Ha", "O Muro", "Revisitações Plásticas – Arte Mexicana", "Plumária - Arte Maior do Indígena Brasileiro" Museu em Construção", "Cones", "Espaço Niemeyer" e o "Pátio das Esculturas". Há ainda a sala em homenagem ao artista Waldemar Freyesleben.



Preso servidor indígena da Casai suspeito de estuprar índia, em RR

SÍTIO BLOG JOÃO E SOCORRO, 14.05.2014

O funcionário da Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai) em Roraima, Anselmo Yanomami, de 30 anos, foi preso nesta terça-feira (13) suspeito de estuprar uma jovem indígena de 18 anos na zona Rural de Boa Vista. O advogado do homem nega que o cliente tenha forçado a suposta vítima a ter relação sexual com ele e afirma que foi consensual.

Segundo a vítima, o crime aconteceu após ela ter aceitado carona de um amigo e do homem que a estuprou. Ela iria visitar a mãe que está internada na Casai. O caso foi registrado na Central de Flagrantes II.

“Segundo as vítimas, elas pegaram uma carona com eles, mas já os conheciam. Os dois foram buscá-las em casa para levá-las à Casai, onde a mãe da vítima estava internada. Eles pararam para comprar umas cervejas. Cada uma pegou uma ‘latinha’ e bebeu. No meio da estrada, eles pararam. Foi quando teria acontecido o estupro”, disse a delegada responsável pelo caso, Suébia Cardoso.

Os dois homens foram presos e confirmaram que deram carona, mas negaram as acusações. Abhner Gomes, advogado do suspeito, contesta o depoimento das jovens.

“A versão de meu cliente é a de que todos eles estavam participando de uma ‘confraternização’. Os quatro ingeriram bebida alcoólica, mas ele negou que a tivesse estuprado”, disse.

Na manhã dessa terça-feira, a amiga da jovem indígena foi ouvida na delegacia. A vítima chegou a desistir de fazer o exame de conjunção carnal, que apontaria se houve ou não o estupro, mas, no mesmo dia, voltou atrás. O exame revelou que houve o ato sexual.

“O que realmente confirmou foi o laudo médico. O resultado foi positivo para a conjunção carnal. A própria vítima havia negado que fosse virgem, mas o exame atestou que a ruptura do hímen foi recente”, disse a delegada.

Depois da divulgação do laudo do Instituto Médico Legal, Anselmo admitiu ter tido relação sexual com a jovem indígena, mas afirmou que foi consensual. Ele foi autuado em flagrante e, após passar por exame de corpo de delito, foi encaminhado à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, onde ficará à disposição da Justiça. O outro homem foi liberado.



Saúde de Maricá leva campanha de vacinação à aldeia indígena

SÍTIO O FLUMINENSE, 14.05.2014

Uma equipe da Secretaria Municipal de Saúde de Maricá, composta por duas enfermeiras e uma técnica de enfermagem, esteve na última terça-feira (13/05) na aldeia guarani, em São José do Imbassá, para aplicar a vacina contra a gripe e as vacinas de rotina para as crianças (pentavalente e meningocócica C, por exemplo).

Segundo a coordenadora Núbia Brum, das 60 pessoas da aldeia, cerca de 36 estavam presentes e foram vacinadas: 25 adultos e onze crianças. "Quando os registramos junto ao ministério da Saúde, é algo que independe de serem idosos ou gestantes. No caso da gripe, a partir de seis meses de idade já é possível aplicar a vacina", explicou, citando o motivo dessa atenção. "Índios são mais vulneráveis. A gripe é uma doença aérea, acaba sendo transmitida com mais facilidade e hoje temos uma entrada grande de pessoas na cidade na tribo", acrescentou. Núbia informou ainda que a equipe poderá retornar à aldeia se for preciso, para vacinar – contra a gripe e outras doenças – quem não estava na hora da visita.

Pajé da tribo, a guarani Lídia foi vacinada e ficou satisfeita com o trabalho da secretaria. "Fico feliz que vocês estejam sempre lembrando da gente. Nas outras cidades onde ficamos ninguém fazia isso", afirmou. "Vim para cá no ano passado e vocês sempre estão aqui para cuidar da gente", completou. Iracema Nunes de Oliveira e Luciana Parapote também consideraram importante participar da vacinação, principalmente para o cuidado com as crianças. "Assim não pegamos doenças. Ano passado também tomei a vacina e não peguei mais gripe", disse Luciana.

A campanha acabará na próxima sexta-feira (16/05). Segundo Núbia, a partir do dia 19 deste mês enquanto houver doses nas Unidades de Saúde, toda a sociedade poderá participar.

Prefeitura de Maricá



Pimenta dos índios baniuas chega ao mercado com selo de origem

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 14.05.2014

Alex Atala não viu o anúncio feito pela revista britânica "Restaurant" quando foi eleito o melhor chef de cozinha de 2014 pelos melhores cozinheiros do mundo no final do mês passado, em cerimônia em Londres.

Ele acabava de completar um périplo por aldeias indígenas do extremo noroeste do Brasil, onde participou de eventos que marcaram a inauguração de uma Casa da Pimenta na comunidade de Ucuqui Cachoeira, às margens do rio Aiari, na bacia do rio Negro (Amazonas).

Atala colabora com o projeto de desenvolvimento dessas unidades em localidades indígenas dos índios baniuas.

Forte e picante

A pimenta jiquitaia dos baniuas chega ao mercado como primeiro tempero tradicional brasileiro com selo de origem controlada. Jiquitaia quer dizer farinha de pimenta com sal em língua tupi. É um pó, em geral de cor ocre, feito da mistura de frutas de diferentes variedades da espécie *Capsicum spp.*, plantadas e colhidas por famílias indígenas baniuas.

Diferentemente de outras culturas, que comem pimenta na forma de molhos, como a maior parte dos brasileiros, os baniuas, no preparo da jiquitaia, desidratam os frutos das pimenteiras ao sol ou no forno e depois os moem no pilão, adicionando ao final do processo uma pequena dose de sal (cerca de 10% do peso).

Seu sabor, extremamente forte, fascina quem a experimenta pela complexidade. Um vidro de pimenta leva em média 12 variedades de plantas, de um universo de 74 tipos de pimenta (todas da espécie *Capsicum*) cultivadas pelos baniuas do rio Içana, como explica Adeilson Lopes da Silva, ecólogo do ISA (Instituto Socioambiental).

Fazer a jiquitaia é uma tarefa das mulheres baniuas (os maridos abrem a roça) e cada uma tem sua receita peculiar, como o curry indiano e o mole mexicano.

Geralmente, esses dois produtos chegam ao mercado com um sabor padronizado, como uma média adaptada ao gosto do consumidor.

No caso da pimenta baniuwa isso não acontece: os potinhos de 35 ml, vendidos a preços que variam de R\$ 25 a R\$ 35, contêm frações da produção de uma pessoa, identificada por um código no rótulo, que indica a comunidade, o lote e a data em que foi embalado. Isso torna cada dose de pimenta uma criação assinada e personalizada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 83/ 2014

Brasília, 14 de maio de 2014.

Alex Atala experimentou a pimenta em 2005, em viagens para São Gabriel da Cachoeira (AM), no rio Negro, a convite da equipe do ISA, que desenvolvia o projeto de comercialização da pimenta. Desde então, ela se tornou um tempero frequente nas receitas do D.O.M. e do Dalva e Dito.

Nestes quase dez anos de convivência com a cultura tradicional dos índios, Atala também influenciou jovens cozinheiros, que passaram a usar a pimenta baniua em suas receitas.

A inauguração da Casa da Pimenta da comunidade de Ucuqui, no rio Aiari, a 1.600 km de Manaus e acessível somente navegando por rios encachoeirados, é parte do projeto de construção de uma rede de unidades pelos índios e pela equipe do Instituto Socioambiental em localidades estratégicas para reunir, embalar, controlar qualidade e distribuir a pimenta de um grupo de comunidades.

Atala arrecadou dinheiro para a construção de duas casas, com doações feitas ao instituto ATÁ, que ele criou para fortalecer a variedade de plantas cultivadas e o fomento a ingredientes da culinária brasileira produzidos de forma tradicional.

*

ONDE COMPRAR EM SÃO PAULO

MERCADINHO DALVA E DITO

ONDE r. Padre João Manuel, 1.115; tel. (11) 3068-4444
QUANTO R\$ 27 (35 ml)

CASA SANTA LUZIA

ONDE al. Lorena, 1.471, Cerqueira César; tel. (11) 3897-5000
QUANTO R\$ 34,90 (35 ml)

EMPÓRIO SANTA FLORA

ONDE r. Martim Francisco, 217, Santa Cecília; tel. (11) 4116-0725
QUANTO de R\$ 28,90 (35 ml)

ISA

ONDE av. Higienópolis, 901, Higienópolis; tel. (11) 3515-8956
QUANTO de R\$ 20 (35 ml), pedido mínimo de 15 unidades